



ANEXO II

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

Solicitamos a classificação indicativa para:

☐ Cinema ☐ Vídeo ☐ DVD

Tipo:

☐ Longa metragem ☐ Curta metragem ☐ Trailer ☐ Série

FICHA TÉCNICA DE CLASSIFICAÇÃO

CINEMA/VÍDEO/DVD

Etiqueta de protocolo

Identificação da obra

1. Título em português

2. Título original

3. Título em série

4. Número episódio

5. País de origem

6. Ano de produção

7. Produtor

8. Diretor

9. Distribuidor

10. Atores principais

11. Tempo de duração

12. Cor

☐ Colorido ☐ Preto e branco

13.Sistema

☐ IPOL ☐ U-Matic ☐ 35 mm ☐ 16 mm ☐ Betamax ☐ VHS

14. Gênero

☐ Drama ☐ Romance ☐ Comédia ☐ Western ☐ Musical ☐ Ficção científica

☐ Aventura ☐ Policial ☐ Suspense ☐ Ação ☐ Terror ☐ Guerra

☐ Documentário ☐ Cultura ☐ Jornalismo

☐ Infantil ☐ Desenho animado

☐ Erótico ☐ Outro: _____

15. Classificação pretendida

Interessado

16. Representante

17. CPF/CNPJ

18. Endereço

19. Cidade

20. UF

21. CEP

22. E-mail

23. Fax

24. Telefone

25. Observações

26. Local e Data

27. Assinatura

Analistas de classificação (o espaço abaixo é reservado para preenchimento pelo Departamento)

Observações

Assinaturas

ft cinema video DVD

ANEXO III

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

FORMULÁRIO DE JUSTIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRETENDIDA

1. Título da obra audiovisual:

2. Classificação pretendida:

3. Justificativa

o requerente deverá justificar a classificação pretendida de forma a demonstrar em que medida a obra submetida à análise obedece aos princípios constitucionais correspondentes à preferência por finalidades educativas, artísticas, culturais ou informativas e ao respeito a valores éticos e sociais da pessoa e da família.

3.1. Finalidades Educativas:

3.2. Finalidades Artísticas:

3.3. Finalidades Culturais:

3.4. Finalidades Informativas:

3.5. Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família:

Local: Data:

form justificacao

(*) Republicada em razão da nova redação dada aos artigos 3º, 5º, 16 e 17 e o acréscimo do artigo 18 pela Portaria nº 1.344, de 7 de julho de 2005. Publicada no DOU de 8-7-2005, Seção 1, pág. 11.

PORTARIA Nº 1.348, DE 8 DE JULHO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.001.046, de 2005, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, BOZALMIRO CAR-RACIOLO ROOI, de nacionalidade holandesa, filho de Julio Largion Rooi e de Maria Antoine Rooi, nascido em Curaçao, Antilhas Holandesas, em 04 de junho de 1964, residente no Estado do Rio de Janeiro, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.349, DE 8 DE JULHO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006.899, de 2004, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JAIME EDILBERTO ALFARO ROMAN, de nacionalidade peruana, filho de Juan Roni Alfaro Beilo e de Maria Roman Castilo, nascido em Lima, Peru, em 14 de julho de 1970, residente no Estado do Acre, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.350, DE 8 DE JULHO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de

2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004695, de 2004, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MARIO RAMON CHAVEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Dionísio Chavez e de Cândida Quenca, nascido em Capitão Baldo, Paraguai, em 09 de julho de 1974, residente no Estado do Paraná, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.351, DE 8 DE JULHO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004351, de 2004, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, CYNTHIA CAROLINA DUARTE CRISTALDO, de nacionalidade paraguaia, filha de German Duarte e de Reima Cristal, nascida em Horqueta, Paraguai, em 19 de maio de 1983, residente no Estado de Mato Grosso do Sul, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.352, DE 8 DE JULHO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do

mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.015.725, de 2001, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ALCIDES FRANCISCO JUSTINIANO LOPES, de nacionalidade boliviana, filho de Joan Justiniano e de Alcira Lopes, nascido em Santa Cruz, Bolívia, em 26 de junho de 1970, residente no Estado de Mato Grosso, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.353, DE 8 DE JULHO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006.918, de 2003, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, FRANK SCHMIEDING, de nacionalidade alemã, filho de Gunter Schmieding e de Ingrid Schmieding, nascido em Ban Oeynhausien, Alemanha, em 14 de março de 1960, residente no Estado de São Paulo.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

DESPACHO DO MINISTRO

Em 8 de julho de 2005

Nº 114 - PROCESSO nº 08.650.001.389/05-81. INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Indeferi o pedido do ex-servidor Ermilon Afonso de Oliveira pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 90/05, da Consultoria Jurídica, que adoto.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS